

MOREIRA, Vagner José. **O LEVANTE COMUNISTA DE 1949: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DA LUTA PELA TERRA E DA CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES NO NORDESTE PAULISTA**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012, 299p.

Vagner Melo Figueiredo

Podemos observar entre os historiadores um interesse crescente pela relação entre história e memória; entre o tempo “natural” e cíclico, de calendário e o tempo vivido e naturalmente registrado pelos indivíduos e pelas sociedades. A memória caracteriza-se por estar carregada de um misticismo anacrônico e deformada por interesses diversos, enquanto que à história cabe esclarecer a memória, retificando suas imperfeições e desmontando seus mitos.

Este interesse pode ser atribuído à importante influência que a memória exerce nas lutas de classe, constituindo-se em um campo de disputa entre dominadores e dominados. Nesta disputa insere-se, também o Estado que, por meio de suas instituições, constrói a memória que lhe convém, muitas vezes privilegiando as classes dominantes.

Reconhecendo que a “memória do Estado” apaga muitas memórias e, por isso mesmo, muitos sujeitos são excluídos da história, o autor, Vagner José Moreira, que tem se dedicado ao estudo da História Social, assume, nesta obra, o compromisso de dar visibilidade a outros sujeitos, até aqui, desalojados da historiografia oficial, propondo-se a proporcionar condições para que possam recuperar seu lugar na história que aprendem na sociedade em que vivem.

Comprometido com o rigor metodológico no tratamento do seu objeto, Moreira trilha um caminho onde procura abandonar as certezas prévias e aceitar uma posição instável para indagar o passado a partir de indícios detectados no presente. Ao assumir esta postura, o autor contribui para a democratização da História, reconhecendo a multiplicidade de sujeitos além dos já exaustivamente “enaltecidos”, quais sejam os “heróis”, os governantes, os políticos e as grandes datas consagradas.

O livro, publicado pela Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (EDUNIOESTE), é fruto do trabalho de pesquisa do seu autor, defendido como tese de doutoramento em História Social, na Linha de Pesquisa de Trabalho e Movimentos Sociais, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no ano de 2009. A obra parte de uma desconfiança que provoca uma

reflexão do processo histórico e social de construção de memórias sobre o levante comunista de 1949 na região de Fernandópolis, no Estado de São Paulo.

A desconfiança surgiu da problematização de algumas narrativas orais para a escrita de um artigo sobre o levante comunista, para compor o livro *Fernandópolis: nossa história, nossa gente*; da Editora Bom Jesus, na cidade de Fernandópolis, no ano de 1996. Este exercício levou o autor a pensar o porquê deste “movimento revolucionário” não compor a tradição e as memórias das lutas dos trabalhadores no presente. Este “esquecimento” foi evidenciado a partir da constatação da ausência de fontes para a pesquisa historiográfica. Nas palavras do autor, extraídas do seu livro (p. 44 e 45):

Como compreender, historicamente, a publicação de um artigo sobre o levante comunista de 1949 no livro sobre a história da cidade, em que boa parte da obra está centrada em ufanar e mitificar sujeitos relacionados às classes dominantes, categorizando-os como “pioneiros”, “desbravadores”, baluartes do progresso e da ordem, se não for para esvaziá-lo de seus significados históricos?¹

No ano de 2005, de posse do processo criminal que indiciou os trabalhadores do levante em questão, a pesquisa tornou-se possível, tendo sido feita, principalmente, em fichas e prontuários dos diversos trabalhadores ligados ao movimento, disponíveis no acervo do Departamento de Estado de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP), mas também em processos criminais e cíveis; em prontuários da Delegacia de Polícia em Fernandópolis; em narrativas de fontes orais; e em material produzido pela imprensa formal e alternativa. A análise destas fontes permitiu ao autor problematizar as memórias que produziram histórias sobre o movimento de trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949, em Fernandópolis.

Percebe-se o olhar atento do autor para os costumes, valores, normas e expectativas que regiam os modos de vida dos trabalhadores de Fernandópolis, no final da década de 1940 e no início de 1950, permitindo-lhe, nas palavras do autor, identificar a intenção destes sujeitos em intervir no rumo de suas vidas, propondo movimentos de luta pela terra, manifestações, concentrações na cidade e movimentos grevistas, que visavam mudar a sociedade ou minimizar os impactos da exploração em suas vidas; tendo fundamentado estas formulações em seus modos de viver no campo e na cidade.

¹ MOREIRA, Vagner José. *O levante comunista de 1949: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no nordeste paulista*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012. p. 44 e 45.

No primeiro dos quatro capítulos, o autor perscruta as narrativas orais produzidas em 1996 para a produção do artigo sobre o levante comunista e para o livro sobre a “história da cidade”, bem como outras narrativas produzidas no decorrer de sua pesquisa e outros materiais históricos, mediando o diálogo entre as fontes e realizando suas interpretações, inclusive levando em conta o momento político e social vivenciado pelos entrevistados no momento em que as entrevistas foram concedidas aos autores do artigo e do livro. Considerando que os sujeitos atribuem sentidos às suas experiências vividas, expressando significados e expectativas, o autor problematiza que a perspectiva delineada se estende para além das narrativas orais, permitindo supor outras evidências históricas.

Este capítulo relaciona a memória do levante de 1949 com a situação política e social da luta pela terra na passagem do século XX para o XXI, mostrando como a disputa em torno da memória sobre aquele movimento levou alguns de seus militantes e seus familiares a se posicionarem contrariamente às suas posições políticas assumidas no final da década de 1940.

No segundo capítulo, imprimindo uma prática investigativa, sem, contudo, abandonar a interpretação das intencionalidades das narrativas, o autor discute a construção da memória a respeito do movimento social dos trabalhadores de Fernandópolis, a partir da análise do processo histórico de instauração do inquérito policial (cujo relatório final ele entende ter sido produzido ou orientado ideologicamente pelo Departamento de Ordem Política e Social - DOPS), e do processo judicial decorrente.

Não só o conteúdo dos documentos, mas também a forma como o inquérito policial foi arquivado e suas posteriores “(re)organizações” nas dependências policiais são problematizados pelo autor. Mesmo sem ter o objetivo de analisar seu mérito, a questão judicial também é perscrutada pelo autor, no sentido de verificar as versões que emergem deste debate, constatando que, também no judiciário, existiu não somente a intenção de criminalizar o movimento, mas também de criar uma jurisprudência que tipificaria qualquer movimento social como ato subversivo.

Moreira destaca que os documentos que compunham o inquérito policial sinalizam para a existência de outros movimentos de trabalhadores na região e que estes documentos podem ter estado à disposição de setores dominantes da sociedade local, já que fundamentaram narrativas de grandes jornais e revistas, tudo isso contribuindo, significativamente, para uma prática comum na época, qual seja a de criminalizar os

movimentos sociais e estabelecendo esta como a “história oficial” do levante e como o movimento dos trabalhadores deveria ser lembrado: a “memória oficial” do Estado.

Foi exigido do autor um conhecimento específico das particularidades da produção dos documentos policiais para que fosse possível realizar sua decodificação e interpretação das narrativas, descortinando as intenções dos agentes do Estado na realização do seu trabalho, sujeitos que estão às opções políticas que assumem. Tendo ele observado que, ao contrário do que inicialmente pode se inferir, este tipo de documento, nem sempre tem a intenção de produzir uma narrativa objetiva dos fatos a partir das provas, mas podem estar carregados de interpretações e subjetivações que intencionam criminalizar e condenar os trabalhadores.

Desta forma, a versão dos fatos narrada nos autos do inquérito efetivou-se, nas palavras do autor: “como a memória oficial do movimento de trabalhadores em junho de 1949 e essa tem sido a história hegemônica narrada, em meio a muitas memórias, a partir daquele tempo”. Assim, o autor entende que o significado da produção destes materiais históricos está relacionado à criminalização dos movimentos sociais e à produção de uma memória hegemônica sobre estes acontecimentos.

No terceiro capítulo é discutido o papel da imprensa na construção de memórias e de histórias sobre os trabalhadores de Fernandópolis e seus movimentos sociais, problematizando a sua atuação como um veículo de informação com capacidade de formação de opinião, exercendo pressões na formulação de versões de memórias dominantes e hegemônicas. Considerando que a imprensa está situada em um campo de disputas, muitas vezes “deformando a realidade”, o autor estabelece como objetivo deste capítulo discutir as diversas narrativas sobre o levante comunista.

Ao perceber que alguns termos utilizados nas reportagens são reproduções de termos encontrados no relatório policial produzido para o inquérito policial, o autor infere que o DOPS forneceu as informações aos diversos órgãos de imprensa que noticiaram os fatos, contribuindo para a construção da “memória oficial” do levante, caracterizando-o como algo que não aconteceu ou reduzindo-o à tentativa de “invasão” da cidade. Portanto, a imprensa funcionou como “correia de transmissão” da “máquina” do Estado, difundindo informações com as quais se pretendia construir uma opinião pública “consensual” sobre o movimento.

No quarto e último capítulo, ampliando as discussões já realizadas nos capítulos anteriores, o autor historiciza as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores ao

elaborarem seus modos de vida, contrapondo-se às práticas de despejo que compunham as disputas e os conflitos em torno da propriedade fundiária no interior paulista.

A leitura da obra nos permite compreender não só os movimentos sociais da cidade de Fernandópolis, que ocorriam desde 1946, mas também parte das lutas dos trabalhadores do noroeste paulista, nas décadas de 1940 e 1950, bem como a articulação e a política de organização dos trabalhadores por parte do Partido Comunista do Brasil (PCB) naquela região e pela “Liga Camponesa de Fernandópolis”. É possível perceber, também, como o Estado procede na construção da “boa memória” por intermédio de suas instituições e agentes. A obra é um convite às reflexões sobre as questões fundiárias contemporâneas no Brasil, despertando nossa atenção para o campo de disputas sobre as versões que se disseminam no social sobre a luta pela terra e pela reforma agrária e para a lógica do agronegócio.

Além de todo o conteúdo histórico da obra, ela também se reveste de um excelente arcabouço teórico-metodológico, principalmente ao que se refere ao trabalho com fontes oficiais do Estado, considerando todas as suas especificidades e intencionalidades. Apresenta, também, uma forma de se interpretar fontes orais, considerando todas as pressões que permeiam um momento de entrevista que, muitas vezes, envolve assuntos muito sensíveis da vida do narrador ou de seus entes queridos.

Data de recebimento: 23/08/2014.
Data de aceite: 26/06/2015.